

## SIGNIFICADO E USO NO *TRACTATUS*

Igor Gonçalves de Jesus<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo apresentar o que Wittgenstein, em sua primeira fase de pensamento, mais especificamente em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, delimita acerca das noções de *Significado* e *Uso*, sob a perspectiva de uma linguagem epistemológica. Acreditamos que não há um distanciamento significativo de tais noções analisadas, mas sim um complemento de uma para com a outra, ou seja, que a noção de *significado* está estritamente ligada com a noção de *uso*, no que se refere a uma análise lógico-sintática da proposição. Frente a isso, iremos tecer, aqui, argumentos que sustentem a tese da similaridade entre as noções de *Significado* e *Uso*, tendo sempre como plano de fundo a finalidade pela qual o *Tractatus* foi escrito, a saber, a delimitação de uma linguagem epistemologicamente válida para a ciência e não para todo e qualquer tipo de linguagem.

**Palavras-Chave:** Filosofia da Linguagem. Significado. Uso. Wittgenstein.

### INTRODUÇÃO

Durante todo o nosso pequeno trajeto no estudo da Filosofia, encontramos em Wittgenstein um paradigma teórico que nos chamou atenção para desenvolver uma pesquisa aprofundada acerca de uma temática específica no interior da Filosofia da Linguagem, inaugurado pelo filósofo austríaco.

Após a leitura do *TLP* e das *Investigações*, bem como outras obras do filósofo, atentamos que a forma com que Wittgenstein produz sua Filosofia difere drasticamente de todo o modo já feito, em quase dois mil anos de Filosofia. Seu estilo de encadeamento de ideias foi o que nos chamou atenção.

Com isso, inclinamos para um estudo de duas noções fundamentais, a nosso entender, e a uma grande parte da bibliografia consultada, a saber: o *Significado* e a noção de *Uso*.

Grande parte da Filosofia posterior a Wittgenstein desenvolveu-se sobre a hedge da reflexão acerca dessas três noções, desde os escritos dos membros do Círculo de Viena até as análises dos *pós-modernos* de Lyotard, passando por Quine e suas críticas e tendo expoentes na Filosofia da Mente, influenciando, decisivamente, John Searle.

No *Tractatus*, está condensada uma Filosofia que busca delimitar o que pode e o que não pode ser dito. Essa delimitação não ocorre de forma normativa para toda e qualquer linguagem. O horizonte que Wittgenstein tem em mente, em sua obra publicada em vida, é uma linguagem epistemológica, ou seja, uma linguagem própria da ciência. Aqui, iremos

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: xiggorx@gmail.com.

abordar alguns aspectos tangentes ao nosso tema principal para clarificar a Filosofia do jovem Wittgenstein.

O desenvolvimento do trabalho se dará de modo que, inicialmente, iremos esclarecer o que para Wittgenstein é o pensamento. A partir dessa explicação, abordaremos o que seria “as partes da proposição”. Para, finalmente, trabalhar as perspectivas de Wittgenstein sobre “significado” e “uso”.

## SIGNIFICADO E USO NO *TRACTATUS*

Na proposição, o pensamento pode ser expresso de modo que os objetos do pensamento correspondam elementos do sinal proposicional.

Chamo esses elementos de ‘sinais simples’; a proposição, de ‘completamente analisadas’.

Os simples empregados na proposição chamam-se nome.

O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. (‘A’ é o mesmo sinal que ‘A’).<sup>2</sup>

As proposições acima expostas mostram como Wittgenstein começa a delimitar aquilo que se entende por “significado”. Ao primeiro contato com a obra do filósofo austríaco, é perceptível que há um afastamento radical da tradição filosófica idealista, fazendo, assim, possível, uma filosofia voltada para a relação que há da linguagem, que utilizamos, e o mundo, do qual falamos.

Antes de adentrarmos, efetivamente, no problema proposto neste tópico, precisamos esclarecer algumas noções fundamentais para atingirmos plenamente os objetivos de nossa investigação. Como exposto nas proposições citadas no começo deste parágrafo, Wittgenstein não adentra, em primeiro momento, na problemática acerca do significado, antes ele perpassa por noções de suma importância, para nós, e que serão esclarecidas.

Primeiramente, devemos fazer entender o que Wittgenstein, em sua primeira fase, entende por “pensamento”. “O pensamento é a própria proposição com sentido”<sup>3</sup>, nos mostra o filósofo austríaco. Entretanto, não podemos precipitar a compreensão desta proposição, pois, se lida fora de contexto, possui um “significado” totalmente diferente. Devemos sempre

---

<sup>2</sup> Cf. *Tractatus*, 3.2 – 3.202

<sup>3</sup> Cf. *Tractatus*, 4

ter em mente o objetivo que o *Tractatus* possui, a saber, a delimitação de uma linguagem epistemologicamente válida para a ciência e não para todo e qualquer tipo de linguagem.

Ao mesmo tempo, o “método de projeção” que projeta o signo proposicional sobre um estado de coisas corresponde a “pensar o sentido da proposição” (TLP 3.11; PT 3.12 e seg.). Em seu segundo uso, *Gedanke* (pensamento) significa uma entidade mental que possui “constituintes psíquicos” e mantém com a realidade a mesma espécie de relação que as palavras constituintes do signo proposicional mantêm (RUL 19.8.19). Isso sugere que um pensamento é um fato psíquico que não mantém uma relação de identidade, mas sim de isomorfismo, com o signo proposicional, por um, lado, e o estado de coisas afigurado, por outro.<sup>4</sup>

Em sua obra, Glock (1996) delimita a interpretação daquilo que seria pensamento em Wittgenstein. Primeiro, “[...] um pensamento é uma sentença-em-uso, um signo proposicional que foi projetado sobre a realidade”<sup>5</sup>, isto se explica pela relação com a proposição 4 do *Tractatus*, ou seja, esse pensamento está relacionado com a utilização do sentido em uma proposição. “O sentido antecede os fatos: para que se possa decidir se uma proposição é verdadeira, seu sentido deve estar determinado; para compreender seu sentido, não precisamos saber seu valor de verdade, mas somente ‘o que é o caso se ela for verdadeira’”<sup>6</sup>. Glock (1996) defende a tese de que o sentido de uma proposição não pode ser o próprio objeto, nem pode ser o modo como se apresenta seu valor de verdade. O sentido de uma proposição está ligado a “uma combinação potencial de objetos que não precisam necessariamente realizar-se”<sup>7</sup>. Essa necessidade de realização está condicionada pelo que foi dito, mais acima, como “sentença-em-uso”.

O “pensamento”, que o primeiro Wittgenstein reflete com pretensões epistemológicas, só é válido quando a proposição está representando linguisticamente um estado de coisas no mundo. Isto é, quando reproduzimos um estado de coisas existentes no mundo, em nossa mente, e esta se mostra verdadeira, então há um pensamento válido. Quando se reproduz uma imagem/figuração em nossa mente, deve-se ter sempre norteando a nossa investigação que isso é um processo lógico de concordância de sentenças com estados de coisas, caso contrário recairíamos em uma metafísica, e se isso ocorresse, nada poderíamos falar.

Sabendo-se então que o “pensamento” é a proposição figurativa verdadeira, contendo um sentido, Wittgenstein alerta que a proposição pode ser dividida em partes, ou seja, ela, a

---

<sup>4</sup> Cf. Glock (1996, p. 272), grifo nosso.

<sup>5</sup> *Idem*

<sup>6</sup> *Idem*, p. 332

<sup>7</sup> *Idem*.

proposição, é composta por estruturas tão importantes de serem conhecidas quanto o pensamento. Por exemplo, nomes ou sinais simples.

Sabendo o que para Wittgenstein é o pensamento, devemos explicitar que o pensamento/proposição é composto por estruturas menores. Ressalvo que o pensamento é a representação lógica em nossa mente através de proposições sobre um estado de coisas existentes no mundo, lembrando que o estado de coisas é diferente de objetos no mundo: “no estado de coisas, os objetos se conectam, como os elos de uma corrente”<sup>8</sup>. Assim, no interior de uma proposição existem estruturas que se referem a objetos no mundo, os nomes. Por exemplo, tomemos uma proposição qualquer como “Sócrates é professor de Platão”<sup>9</sup>, essa proposição como um todo representa um estado de coisas e contém partes que podemos identificar como nomes, “Sócrates”, “professor” e “Platão”. São sinais simples por serem uma imagem copiada de objetos singulares no mundo.

Entretanto, no interior de uma proposição, encontramos algo mais do que apenas um enlaçado de nomes com sentidos, encontramos, também, estruturas lógico-sintáticas, tais como o símbolo “é”, no exemplo dado acima. Esses símbolos são responsáveis por parte da compreensão da proposição e devem ser utilizados com determinada finalidade:

Para evitar esses equívocos, devemos empregar uma notação que os exclua, não empregando o mesmo sinal em símbolos diferentes e não empregando superficialmente da mesma maneira sinais que designem de maneiras diferentes. Uma notação, portanto, que obedeça a gramática *lógica* – à sintaxe lógica.<sup>10</sup>

“Para reconhecer o símbolo no sinal, deve-se atentar para o uso significativo.”<sup>11</sup> Assim, a compreensão do significado de uma proposição não depende só da compreensão do estado de coisas a qual ela se refere. Para que efetivamente possamos entender o significado de determinada proposição, precisamos empregar sinais/notações que sejam capazes de conectar nomes uns com os outros sem que haja contradição. Wittgenstein atribui, então, uma proximidade da noção de significado com o uso que se faz das estruturas lógico-sintáticas em uma proposição, ou seja, para que possamos apreender o significado de um determinado enunciado, precisamos compreender o uso que está sendo dado para aquela proposição.

---

<sup>8</sup> Cf. *Tractatus*, 2.03

<sup>9</sup> Cf. Machado (2007, p. 121).

<sup>10</sup> Cf. *Tractatus*, 3.325

<sup>11</sup> *Idem*, 3.326

A consideração do uso de ‘é’, por exemplo, auxilia no reconhecimento de que esse sinal, em “Sócrates é branco” e em ‘Hesperus é Phosphorus’, expressa dois símbolos diferentes, que respectivamente podem ser representados numa notação lógica assim: ‘ $\Phi x$ ’ ‘ $x=y$ ’.<sup>12</sup>

O exemplo dado por Alexandre Machado (2007), nos torna capazes de elucidar melhor o que Wittgenstein entende por “significado”. Sabendo, pois, da estrutura da proposição, o “significado” está na possibilidade de representação de estruturas lógico-sintáticas que há na proposição. Isto é, nunca podemos perder de vista que, para Wittgenstein, a proposição é uma representação linguística de um estado de coisas, devendo haver então não só uma relação com o mundo, mas também uma relação lógica entre os termos linguísticos utilizados para formular uma proposição. O sentido de uma proposição é combinação potencial do estado de coisas na qual ela se remete, e o significado de uma proposição é a compreensão do uso lógico-sintática da linguagem utilizada para falar sobre o estado de coisas.

A análise sintático-gramatical das sentenças “Sócrates é sábio” e ‘Hesperus é Phosphorus’ revela que ambas possuem a mesma forma gramatical. Além disso, se substituirmos as expressões dessa sentença por espaços em branco, exceto a expressão ‘é’, obteremos o mesmo esquema sentencial: ‘( ) é ( )’. Uma notação que não leva em conta a diferença entre regras gramaticais e regras lógicas pode nos levar a crer que a expressão ‘é’ é usada da mesma maneira — tem o mesmo significado e, portanto, expressa o mesmo símbolo — em ambas as sentenças.<sup>13</sup>

Desta forma, o *significado* está estreitamente ligado com a noção de *uso*, no primeiro Wittgenstein. Machado (2007) continua a argumentação sobre o uso de “é” para explicitar melhor a relação *significado x uso*:

*Argumento A*

(1) Hesperus é Phosphorus.

(2) Hesperus é muito brilhante.

(3) Portanto, Phosphorus é muito brilhante.

*Argumento B*

(1’) Sócrates é sábio.

---

<sup>12</sup> Cf. Machado, p. 120

<sup>13</sup> *Idem*, p. 121

(2') Sócrates é professor de Platão.

(3') Portanto, sábio é professor de Platão.

*Argumento C*

(1'') Branco é branco.

(2'') Quem é branco deve ter mais cuidado com o sol.

(3'') Branco deve ter mais cuidado com o sol.<sup>14</sup>

Segundo Machado (2007), o argumento A é válido e o argumento B mostra-se inválido. Isto porque, o uso que está se fazendo de “é” possui uma diferença em ambos os argumentos. Em A, a proposição (1) possui a função de uso de maneira a poder ser escrita na forma de notação seguinte,  $x=y$ . Igualando, assim, as duas partes da proposição, de forma direta. Em (2), a notação pode se dá deste modo,  $\Phi x$ . E em (3), escrevemos  $\Phi y$ . Passemos, agora, para a explicação desses termos notacionais. (1) refere-se a dois nomes distintos que possuem o mesmo referente. (2) é uma característica que pode ser atribuída a algo, do mesmo modo como ocorre em (3). Já o argumento B não possui as mesmas notações que A. (1')  $\Phi x$ . E (2')  $x\Psi y$ . A proposição (1') é semelhante às proposições (2) e (3), pois está atribuindo uma determinada característica a algo. Entretanto, (2') nos diz que  $x$  mantém uma relação com  $y$ , no caso “Sócrates é professor de Platão”. Para que possamos notacionar uma forma lógica para (3'), precisaríamos admitir que a característica de “sábio” poderia ser atribuída a uma relação, de mesmo modo que é atribuída a uma pessoa, o que acarretaria em um conflito semântico, a saber: “sábio” é um substantivo/adjetivo que deve ser empregado a um sujeito, do mesmo modo como “professor” é um substantivo/adjetivo. Assim, não há como atribuir um substantivo a outro substantivo, somente pode atribuir um substantivo/adjetivo a um sujeito/nome.

No argumento C, podemos escrever as proposições do seguinte modo: (1'')  $\Phi\alpha$ , (2'') (x) ( $\Phi x \supset \pi x$ ) e (3'')  $\pi\alpha$ . Machado diz que,

Reconhecer a validade do argumento C é uma maneira de expressar o reconhecimento da diferença entre os papéis lógico-sintáticos das duas

---

<sup>14</sup> Cf. Machado (2007, p. 122).

ocorrências de “branco” em (1’)). Se esses papéis fossem o mesmo, o argumento seria inválido.<sup>15</sup>

Escrever “Branco é branco” não é o mesmo que “Hesperus é Phosphorus”, pois o primeiro possui a forma de  $\Phi a$  por estar atribuindo uma característica a um nome. E o segundo possui a forma de  $x=y$ , por estar igualando dois nomes a um mesmo referencial. Entender essa distinção é fundamental para entender o uso da análise lógico-sintática, pois, embora os três argumentos sejam *modus ponens*, eles não possuem a mesma validade sintática pela organização dos elementos que constituem as proposições.

O significado das expressões é *pressuposto* na determinação da sintaxe lógica, no exame do uso lógico-sintático das expressões, e não *encontrado* por meio desse exame. Uma expressão somente possui um uso lógico-sintático se tiver significado e somente possui significado se possuir um uso lógico-sintático. Não há algo como uma expressão significativa que não possui um uso lógico-sintático. (Isso é parte do que diz o princípio do contexto.) Mas o significado, no *Tractatus*, não pode ser reduzido ao uso. O papel lógico-sintático de uma expressão revela-se ser o de um nome, por exemplo, por meio do exame do seu uso lógico-sintático, mas o significado de um nome não é o seu uso, mas o objeto que ele nomeia, caso contrário teríamos que dizer que um nome, segundo o *Tractatus*, está no lugar de (*steht für*— substitui, nomeia) seu uso<sup>16</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, torna-se essencial dizermos que até este momento, nossa perspectiva de interpretação da Filosofia de Wittgenstein no *Tractatus* está inteiramente ligada com uma possível aplicabilidade, daquilo que o filósofo pensou com o que podemos reconhecer no mundo. Isto é, o que chamo de “possível aplicabilidade” reflete que as noções de “uso” e “significado” seriam capazes de serem melhor compreendidas na reflexão de como é empregada as regras sintático-gramaticais de nossa língua, seja de modo cotidiano ou para finalidades mais específicas, como análises de linguistas, filósofos da linguagem ou cientistas.

Como foi dito anteriormente, para compreendermos o significado de “significado” é necessário pensar as regras que possuímos em nossa língua e as regras lógicas de organização do pensamento. Não podemos recair no equívoco de querer pensar um conceito sem recorrer as normas que permeiam a linguagem que usamos para falar e pensar tal conceito. Deste

---

<sup>15</sup> Cf. Machado (2007, p. 122).

<sup>16</sup> Cf. Machado (2007, p. 122).

modo, Wittgenstein, em sua primeira obra, buscou explicitar como o uso da linguagem sempre deve ter por plano de fundo as regras da língua com a qual estamos falando.

Enfim, esperamos ter alcançado de modo claro e objetivo aquilo com que nos dispusemos a trabalhar, a saber, uma explicação daquilo que Wittgenstein entende por “Significado” e “Uso”.

## REFERÊNCIAS

- GLOCK, H. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: sobre a natureza humana*. Trad. João Vergílio Gallenari Cuter. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HINTIKKA, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Trad. Enid Abreu Dobranszky. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.
- MACHADO, A. N. *Lógica e Forma de Vida: Wittgenstein e a Natureza da Necessidade Lógica e da Filosofia*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus lógico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.